

REVISTA
PORTUGUESA
de HISTÓRIA
tomo XXVII



COIMBRA 1992
FACULDADE de LETRAS
da UNIVERSIDADE de COIMBRA
INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL

A PROPÓSITO DE MILHO "MARROCO" EM PORTUGAL NOS SÉCULOS XVI-XVIII

1. Um dos maiores historiadores do nosso tempo, Fernand Braudel, escreveu um dia que o milho mais (*mays* L.) é uma personagem histórica apaixonante: "C'est un passionnant personnage..." (*). Realmente, assim acontece, em primeiro lugar pela importância que veio a alcançar na vida económica de extensas regiões do mundo, incluindo o nosso País; em segundo lugar, até pelos problemas e dificuldades que tem suscitado aos investigadores e pelas controvérsias daí resultantes.

Sabe-se que a planta foi encontrada na América pelas expedições de Colombo e que lá, desde há muito, constituía a base da agricultura dos povos indígenas em vastas regiões. O conhecimento destes factos, e, por outro lado, os resultados de escavações arqueológicas, que revelaram a presença do mais em várias zonas da América Central e do Sul em épocas remotas, levaram naturalmente a considerar o continente americano como o lugar de

(*) *Civilisation matérielle, Economie et Capitalisme, XV^e-XVIII^e Siècle*, tomo I, 2.^a ed., Paris, 1980, p. 131. Cfr. A. Maurizio, *Histoire de l'alimentation végétale*, trad., Paris, 1932, pp. 339-348.

origem e o centro de difusão deste cereal, tanto mais que faltavam provas manifestas da sua existencia na África e na Ásia antes do descobrimento colombino.

Vieram pesar no mesmo sentido, a partir de 1960, os achados arqueológicos de Tehuacan (México), acompanhados de estudos botânicos. As sondagens aí efectuadas conduziram à descoberta de grãos de pólen fossilizados de mais a profundidades que equivalem, no tempo, a milhares de anos. Epela primeira vez, além de vestígios de plantas cultivadas, foram encontrados os de um mais primitivo e selvagem nas camadas mais antigas. Assim se compreende que Braudel fale das "origens finalmente claras", acrescentando que a arqueologia devia ter e teve a última palavra. Nem tudo é, porém, tão "simples" como pretende este historiador (2).

De facto, têm surgido outras opiniões, no estrangeiro e entre nós, devendo citar-se, antes de mais, a de Vitorino Magalhães Godinho (1963 e 1983). "Demonstrado como está — diz o autor — que a América Central é foco de origem de mais, não fica demonstrado que não tivesse havido outros". Os estudos genéticos e de geografia botânica levariam a admitir três focos possíveis de origem e difusão da planta: o México e a América do Sul, a África intertropical e a Alta Birmânia.

Por outro lado, as fontes portuguesas do século XVI e começos do seguinte identificam o milho zaburro existente em Portugal, em Marrocos e na África ocidental com o mais americano e o abati do Brasil, não sendo de aceitar que todas estejam erradas. Acresce que a cronologia torna impossível a proveniência americana do mais cultivado em Portugal, pois textos de meados do século XV e princípios do XVI falam de milho zaburro em Marrocos. "É demasiado cedo para ser de proveniência americana", diz Magalhães Godinho, preferindo admitir uma origem da África

(2) *Ibidem.*

negra através de Marrocos f).

Esta maneira de ver foi discutida por Carlos Neves Tavares (1965), para quem o contributo das ciências botânicas é de primordial importância no esclarecimento do problema. Procedendo a uma revisão completa das fontes históricas conhecidas dos séculos XV e XVI, dirigida sobretudo a determinar o significado botânico da expressão "milho zaburro", foi levado a concluir que, quando elas se referem a esse cereal existente no nosso País e em Marrocos, costa da Guiné e S. Tomé, designam, não o mais, mas sim um sorgo, na verdade já conhecido no continente africano antes do descobrimento da América.

Segundo este estudioso, a hipótese de uma origem africana do mais não tem base científica e a sua difusão em África no período pré-colombino não está demonstrada. Lembra ainda que fontes dos séculos XVI e XVII atribuem aos Portugueses a introdução da planta na costa ocidental africana (4).

Por sua vez, Orlando Ribeiro fez notar que a introdução do sorgo em Portugal pode ter precedido de algumas décadas a do milho grosso. Ambos os cereais entraram na Europa, mas o segundo foi levado também para as ilhas atlânticas e o continente africano, onde encontrou o sorgo nativo. Assim, os autores portugueses do século XVI e os estrangeiros que os utilizaram fizeram "a contaminação entre milho zaburro ou milho de Guiné e mais", confundindo os dois cereais e dando-os como originários ora da Guiné, ora da América (5).

(1) V. Magalhães Godinho, *O Milho Maiz - Origem e Difusão*, in *Revista de Economia*, vol. XV, Lisboa, fase. 1, Março-1963, pp. 33-38, e *Os Descobrimientos e a Economia Mundial*, 2.ª ed., vol. IV, Lisboa, 1983, pp. 23-38, 225.0 primeiro destes textos foi também incluído na obra de Jorge Dias e colab., *Sistemas primitivos de secagem e armazenagem de produtos agrícolas. Os Espigueiros Portugueses*, Porto, 1963, pp. 245-251.

(4) C. Neves Tavares, *Acerca de milho zaburro e de outros milhos*, Lisboa, 1965.

(5) O. Ribeiro, *Milho*, in *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol. III, Lisboa, 1968, p. 59, e *O milho, a vida rural e a expansão portuguesa*, in *Opúsculos Geográficos*, vol. IV, Lisboa, 1991, pp. 195-196.

Entretanto, A. Teixeira da Mota e António Carreira, lembrando que a discussão da natureza do milho zaborro ou maçaroca da Guiné se fazia apenas em relação ao *Zea mays* e ao *Sorghum*, defenderam, com base em novos elementos de carácter histórico, geográfico e linguístico, que nela tem de entrar também o até então "esquecido *Pennisetum*, e que há fortes razões para dar a preferência ao último". A sua argumentação desenvolve-se no sentido de mostrar que não há razão para pôr de lado os testemunhos que atribuem aos Portugueses a introdução do mais na África, de proveniência americana e pós-colombina (6).

Pela mesma altura, António de Oliveira, partindo da ideia de que *zaborro* é um termo equívoco, pelos diversos conceitos que pode traduzir, admitiu a possibilidade de ele ter começado por designar um sorgo, mas provou que, nos campos de Coimbra, no último quartel do século XVI e primeiro do XVII, era também designado por *milho grosso*. Tendo em conta certas alusões das fontes às formas de utilização deste cereal na alimentação humana, foi levado a concluir que se trataria do mais (7).

Recentemente, Joaquim Lino da Silva procedeu a um minucioso estudo das informações sobre cereais de Angola que se encontram em crónicas e outros documentos dos séculos XVI a XVIII, publicados mas até agora não aproveitados com este objectivo. As conclusões a que chegou, apesar da forma parcialmente interrogativa, não deixam dúvidas quanto ao seu pensamento: "Se o *Zea mays* era de África, porque não tinha designação própria, como sucedia com o sorgo, o peniseto e o luco? Ao contrário, vemos atribuir aos Portugueses a sua introdução, ao invés daqueles três

(6) A. Teixeira da Mota e A. Carreira, *O milho zaborro e o milho maçaroca na Guiné e Ilhas de Cabo Verde*, in *Revista de História Económica e Social*, n.º 17, Lisboa, Janeiro-Junho de 1986, pp. 5-20. Este artigo foi inicialmente publicado, em língua inglesa, na revista *Africa*, vol. XXXVI, Oxford, n.º 1, January 1966, pp. 73-84.

(7) A. de Oliveira, *Para a história do significado botânico de milho zaborro*, Coimbra, 1967. Cfr. do mesmo autor, *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, vol. II, Coimbra, 1972, p. 142 e n. 3.

cereais. Além disso, porque era pouco estimado em Angola o *Zea mays*, pouco tempo após a chegada dos Portugueses, senão pelo seu desconhecimento? A prova disso está em que mais tarde e a partir do norte de Angola, o milho mais e a mandioca vão alastrar e substituir os milhos africanos (nas regiões a que se adaptaram), como alimentos básicos dos naturais" (8).

2. Os problemas da história do milho mais em Portugal apresentam-se como particularmente difíceis nos tempos mais antigos, em consequência da raridade de descrições minuciosas e exactas da planta, dados os escassos conhecimentos botânicos da época, e por motivo da confusão com outros cereais e da imprecisão da terminologia então utilizada.

Na Idade Média portuguesa foi muito cultivado e usado na alimentação humana um cereal que os documentos designam por *milium*, *milio* e *milho* (*Panicummiliaceum* L.), chamado mais tarde milho miúdo ou milho alvo; menos frequente, mas também conhecido, era o milho painço (*Setaria itálica* P. Beauv.), a que os textos chamam *panicium* ou *panizo*. Desde meados do século XV, pelo menos, começa a falar-se de milho zaborro, mas não é fácil saber qual o significado botânico da expressão nesta altura e a própria etimologia do último termo não parece definitivamente esclarecida.

Com o desenvolvimento da expansão portuguesa e espanhola e a crescente exploração do litoral africano e do continente americano tomaram-se conhecidas muitas plantas novas, incluindo cereais, e frequentemente se procedeu à sua transferência de umas regiões para outras. Por motivos científicos e económicos, multiplicaram-se, a partir do século XVI, as notícias e descrições de "naturalistas", corógrafos, cronistas e viajantes a respeito das novidades do mundo vegetal e do seu aproveitamento pelo homem.

(8) J. Lino da Silva, *O Zea mays, os milhos africanos e outras adjacências etnográficas*, in *Biblos*, vol. LXVI, Coimbra, 1990, pp. 131-164.

Os autores desses escritos, com o natural desejo de elucidar os leitores, foram levados muitas vezes a comparar e até a identificar plantas diferentes, influenciados por semelhanças meramente externas. Também acontece em muitos casos serem as fontes de uma segura ambiguidade desesperadora. Os erros, confusões e dúvidas que daqui resultaram tornam muito árdua a tarefa dos estudiosos de hoje — botânicos, agrónomos, geógrafos ou historiadores — e disso é exemplo bem significativo, conforme já lembrámos, o caso do *Zea mays*.

Aos problemas da sua difusão na Europa desde princípios do século XVI juntam-se os da terminologia que lhe foi aplicada ou que com ele se relaciona. Em Portugal chamaram-lhe milho grosso, milho grande, milho graúdo, milho de maçaroca, milhão, milho zaburro, ou até, simplesmente, milho, o que, desde logo, dificulta a interpretação dos textos, sobretudo dos mais antigos ⁽⁹⁾.

Acresce que muitas línguas europeias, a começar pelo espanhol, adoptaram o termo indígena americano *mais*, mas em Portugal ele é pouco vulgar na documentação, pelo que temos podido averiguar até agora. E quando se encontra é, por vezes, em contextos que parecem acentuar essa mesma raridade ⁽¹⁰⁾.

⁽⁹⁾ Para se fazer uma ideia das perplexidades e confusões a que este tema dava origem nos fins do século XVII e princípios do XVIII, veja-se o que escreveu R. Bluteau no seu *Vocabulario Portuguez & Latino*. Ao tratar do "Milho grande, ou milho dalndia", e após uma breve descrição da planta, explica: "He o Maiz das índias, por isso lhe chama Plinio *Milium Indicum*. Chamãolhe alguns modernos *Triticum Peruvianum*, porque também vem do Peru. (...). Querem alguns que este milho seja o *Zaburro*, mas ha outros de contrario parecer" (Tomo V, Lisboa, 1716, p. 487). Cfr. *ibidem*, t. VEI, Lisboa, 1721, p. 625, s.v. *Zaburro*. Sobre a "extraordinária riqueza de nomes que apresenta o milho no território português" do nosso tempo ver Manuel de Paiva Boléo, *Introdução ao estudo da Filologia Portuguesa*, Lisboa, 1946, p. 42, n. 6.

⁽¹⁰⁾ Cfr. O. Ribeiro, *Milho*, p. 59, e *Opúsculos Geográficos*, vol. IV, p. 195. Num testamento de 1674 lemos o seguinte: "E assim mesmo ordeno e mando, que se ponha a render outra cantidade de dinheiro, que renda outros mil cruzados; & destes secompraraõ cada anno sincoenta fangas de milho meudo, & zaburro, q em castella se chama mais, & se repartirá todos os annos entre os pobres..." (*Testamento e vitima disposiçam com que*

3. Como se tudo isto não bastasse, um escrito da primeira metade do século XVI veio complicar ainda o problema ao dar a um cereal cultivado no nosso País o nome de "milho marroco". Referimo-nos, evidentemente, à notável descrição do terreno em volta de Lamego, redigida por Rui Fernandes em 1531-1532. Embora bem conhecido, vale a pena reproduzir, mais uma vez, o passo fundamental que informa sobre os vários géneros de pão ali existentes: "... O qual pam he o seguinte, convém a saber: trigo galego, e trigo tremes, e centeo, e milho, e painço, e cevada tremes, e cevada cavalari, e milho marroco, o qual milho marroco se dá na area do douro em canas muito altas, e ha espiga que dá hua quarta de alqueire, e he milho branco de grandura de confeitos de coentro" ⁽¹¹⁾.

Durante bastante tempo, estas últimas linhas foram consideradas como sendo a primeira descrição do mais em Portugal e do próprio nome tiraram argumento alguns autores para defenderem a origem africana ⁽¹²⁾. Entretanto, já em 1958 Helder Lains e Silva

faleceo o lecenceado Manoel Soares de Oliveira (...), Coimbra, 1680, novamente publ. no *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. X, Coimbra, 1933, p. 335). Note-se: o milho zaburro era chamado mais em Castela. Que sentido teria esta observação se o termo fosse corrente no nosso território? Alguns anos depois Bluteau confirmava: "MAÍZ se chama em Portugal em algumas partes o milho grosso, & tem o mesmo nome em toda Castella" (*Vocabulário*, t. V, p. 160). Uma informação paroquial de 1758 relativa a Beiriz (actual conc. da Póvoa de Varzim) indica o milho maes (=maês) como principal produção; no entanto, as designações mais frequentes nas outras terras do mesmo concelho e na mesma época são "milho grosso" e "milhão"; aparecem uma única vez "milho" e "milhão grosso" (Fernando Barbosa, *O Concelho da Póvoa de Varzim no século XVIII. As Memórias Paroquiais de 1736 e 1758*, in *Póvoa de Varzim. Boletim Cultural*, vol. I, 1958, n.º 2, pp. 258-343). Também em Ovar, em 1758, a principal cultura era o "milho grosso ou mains", mas as informações paroquiais do distrito de Aveiro registam, com mais frequência, apenas "milho grosso" (Cfr. Eduardo Costa *Memórias paroquiais do séc. XVIII. II- Freguesia de S. Cristóvão de Ovar*, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXXIV, 1968, n.º 135, p. 208). Só uma vasta investigação, necessariamente morosa, permitirá conclusões mais seguras.

⁽¹¹⁾ *Descrição do terreno em roda da cidade de Lamego duas leguas (...)*, in *Collecção de Inéditos de Historia Portugueza*, publ. pela Academia das Ciências de Lisboa, tomo V, 2.ª ed., Lisboa, 1936, p. 552.

⁽¹²⁾ M. N. Martins, *O milho grosso em Portugal e seus inimigos*, in *Brotéria*, Série de vulgarização científica, vol. VII, 1908, p. 69; J. Leite de Vasconcellos, *Etnografia*

pôs em causa a interpretação corrente ⁽¹³⁾ e em 1965 Carlos Neves Tavares rejeitou a ideia de que "milho marroco" fosse um nome vulgar do mais; tendo em conta o tamanho dos grãos e o tipo de terreno cultivado, entendeu que a notícia de Rui Fernandes se aplicava mais adequadamente a um sorgo ⁽¹⁴⁾.

Nem todos os estudiosos aceitaram a nova interpretação, como é o caso de V. Magalhães Godinho, para quem "o quadro também se aplica ao maiz", não sendo de excluir que se trate de uma variedade deste. O facto de o *Auto das Padeiras* (1556-1557) apresentar o milho "junto de Lamego" e a informação recolhida por Bluteau de que o milho zaburro era uma casta de cereal que em Portugal se dava só "nas rybeiras do Douro (...), entre areaes" levam-no a inclinar-se para tal solução ⁽¹⁵⁾.

Seja qual for a explicação adoptada, o nome dado por Rui Fernandes àquele milho certamente novo para ele (e merecendo por isso uma descrição) tem sido visto até agora como exemplo único. Podemos entretanto afirmar que não o é, pois volta a aparecer nos séculos XVII e XVIII.

Em 1648 redigiu o jesuíta P.^e António Gomes um extenso relato das suas viagens missionárias pela Zambézia e império do Monomotapa, com minuciosas informações sobre o meio natural, flora e fauna, formas da presença portuguesa naqueles territórios e vida das populações indígenas, com seus usos e costumes, incluindo a alimentação. Embora este escrito esteja publicado há bastantes anos, têm passado quase despercebidas, ao que parece, algumas

Portuguesa, vol. II, Lisboa, 1936, p. 80; O. Ribeiro, *Cultura do milho, economia agrária e povoamento*, in *Bíblis*, vol. XVII, t. II, 1941, pp. 658-659 (para este autor e o anterior o mais é de origem americana); V. Magalhães Godinho, *O Milho Maiz*, cit., p. 37; A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, 2ª ed., Lisboa, 1968, p. 83.

⁽¹³⁾ *São Tomé e Príncipe e a cultura do café*, Lisboa, 1958, p. 65.

⁽¹⁴⁾ *Op. cit.*, pp. 37-38.

⁽¹⁵⁾ *Os Descobrimientos e a Economia Mundial*, 2ª ed., vol. IV, pp. 33, 37 e 225. Entretanto, Orlando Ribeiro concordou com a argumentação de C. Neves Tavares (*Milho*, p. 60; *Opúsculos Geográficos*, vol. IV, pp. 196-197).

linhas em que o autor dá notícia de uma espécie de cerveja fabricada pelos cafres, com o nome *depombe*, e, a propósito, esclarece: "Este se faz de farinha de milho, de milho de espiga grande, q ao longo do douro e Mondego há algu, chamão lhe entre douro e minho milho maroco, milho q veo de marôcos, assy he tradição dos lauradores q os mouros, quando se apoderauão de Espanha, o trouxerão consigo" (16).

Verifica-se, pois, que, na primeira metade do século XVII, havia ao longo dos rios Douro e Mondego algum milho "de espiga grande", ao qual era dado, pelo menos no Minho, o mesmo nome que encontramos, um século antes, na zona de Lamego-Régua. Tal designação resultaria, segundo tradição dos lavradores, de ter sido trazido pelos "mouros" quando invadiram a Hispânia. Que cereal era este? É difícil dizê-lo, tanto mais que, de acordo com a mesma fonte, existiam na região africana em causa, além do "milho zaburro de angola", cinco ou seis castas de milho, sendo duas "do q há em Portugal" (17). Mas a "espiga grande" e a localização no território português parecem limitar estas ao *Zea mays* e ao sorgo.

Inclinamo-nos para o último, até prova em contrário, dada a sua extraordinária importância na antiga África oriental portuguesa, tanto na alimentação como no fabrico do pombe (18). As-

(16) *Viagem que fez o Padre Ant.º Gomes, da Comp.ª de Jesus, ao Imperio de de (sic) Manomotapa; e assistência que fez nas ditas terras d.º Alguos annos (2-Janeiro-1648)*, in *Studia. Revista semestral*, n.º 3, Lisboa, 1959, p. 210. Este documento foi utilizado por António da Silva e António de Oliveira, mas em perspectivas diferentes da nossa, e, certamente por isso, não se referiram à designação de "milho maroco" (Cfr. A. da Silva, *Mentalidade missiológica dos Jesuítas em Moçambique antes de 1759*, vol. I, Lisboa, 1967, pp. 158-162; A. de Oliveira, *A vida económica e social de Coimbra*, cit., vol. II, p. 143, nota). Os estudos de A. Teixeira da Mota e A. Carreira acerca dos cereais da Guiné e Cabo Verde e o de J. Lino da Silva em relação a Angola sugeriram-nos a utilidade de uma investigação do mesmo género para Moçambique (sécs. XVI-XVIII); temo-la em mãos, mas ainda não terminada.

(17) *Viagem que fez o Padre Ant.º Gomes*, cit., p. 219.

(18) A. Piedallu, *Le Sorgho. Son histoire, ses applications*, Paris, 1923, pp. 78-79, 275-276,307; F. Monteiro Grillo, *A Agricultura em Moçambique*, Lisboa, 1958, pp. 22, 61,170-171,175.

sim se explicaria também melhor a tradição da proveniência marroquina, que talvez tenha fundamento histórico se a situarmos não no século VIII, mas no século XV.

No mesmo sentido poderá invocar-se um terceiro texto que nos aparece cem anos depois do que acabamos de examinar e foi recentemente revelado por Inés Álvares Ribeiro, na sua dissertação de mestrado, apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra. Trata-se de uma informação de 1746, incluída num tomo do mosteiro de Ancede e relativa aos dízimos por este recebidos. No final de uma enumeração de géneros dizimáveis ficamos a saber que "também se pagava Dizimo de déz hum da Castanha, Nozes, Landra, Habobaras, Sebollas e Feijões, Milho, Trigo, Senteyo, Painsso, Milho alvo, Sevada e Milho mouro ou Marroco" (19).

Temos aqui, portanto, quatro milhos, dois dos quais perfeitamente identificados: o milho alvo ou miúdo e o painço. Mas como classificar os restantes? A nosso ver, o milho indicado em primeiro lugar e sem qualquer qualificativo deve corresponder ao *Zea mays*, bastante difundido já em meados do século XVIII para não precisar de caracterização especial; o milho mouro ou marroco será, provavelmente, um sorgo, planta cuja origem africana é hoje geralmente aceite e que bem pode ter sido introduzida entre nós pela via marroquina, de acordo com a tradição atrás referida (20).

(19) Arquivo Distrital do Porto: *Secção Monástica*, Mosteiro de Ancede, Livro 23, fl. 80. Cfr. Inés Álvares Ribeiro, *O Couto de Ancede no Século XVIII. Senhorio e exploração rural*, diss. de mestrado policopiada, Coimbra, 1989, pp. 21,46-48 e 79. Agradecemos à Autora a amabilidade de, a nosso pedido, nos ter enviado fotocópia da página do tomo onde se encontra o texto que publicamos.

(20) A. Piedallu, *op. cit.*, pp. 19-20; R. Schnell, *Plantes alimentaires et vie agricole de l'Afrique noire*, Paris, 1957, pp. 115 e 155; R. Portères, *Les appellations des céréales en Afrique*, in *Journal d'Agriculture Tropicale et de Botanique Appliquée*, vol. VI, 1959, pp. 75-82; L. Guyot, *Histoire des plantes cultivées*, Paris, 1963, pp. 148-149; A. Gonçalves Cidraes, *A Culturado Sorgo*, 2.^a ed., Lisboa, 1968, p. 2. Cfr. O. Ribeiro, *Milho*, p. 61, e *Opúsculos Geográficos*, vol. IV, p. 199.

De tudo quanto fica exposto até aqui parece legítimo concluir:

a) Que a designação de "milho marroco", usada por Rui Fernandes em 1531-1532, não está isolada na história da agricultura portuguesa, pois repete-se em 1648 e 1746, o que revela certa continuidade.

b) Que nos três casos se trata de culturas junto ao rio Douro.

c) Que não é ainda certa, mas se afigura provável a correspondência deste nome a um sorgo.

4. É tempo, no entanto, de voltarmos ao *Zea mays*, pois foi ele que nos arrastou para os documentos e as considerações acerca do "milho marroco". E voltamos não com a ambiciosa pretensão de resolver os difíceis problemas da sua história no nosso País durante os séculos XVI a XVIII, mas apenas na tentativa, muito mais modesta, de ajudar a clarificar (e porventura a complicar...) alguns deles, seguindo para isso o conselho de "apertar a crítica das fontes" ⁽²¹⁾- Limitar-nos-emos a dois pontos, que merecem uma breve reflexão, sendo o primeiro o da data da introdução da planta em Portugal, ao qual estão ligados outros aspectos, como o do foco emissor e o do lugar de recepção ou de início da cultura.

Já em 1908 M. N. Martins reconhecia não ser fácil averiguar quando entrou este cereal no nosso País, mas os textos de Rui Fernandes e João de Barros (na *Asia*) levam-no a crer que ele era aqui cultivado nos princípios do século XVI e originário da África, pois as designações vulgares de *zaburro* e *marroco* nenhuma relação tinham com o nome americano *mais* ⁽²²⁾.

⁽²¹⁾ António de Oliveira, *Para a história do significado botânico de milho zaburro*, p. 12, n. 19. Agradecemos aos nossos colegas Doutor António de Oliveira e Doutora Maria José de Moura Santos algumas úteis indicações bibliográficas.

⁽²²⁾ *Op. cit.*, pp. 68-70.

Alguns anos depois, o tema era retomado por Carlos Cunha Coutinho, num extenso artigo em que procurou esclarecer a história "bastante confusa e emaranhada" do milho, desfazer equívocos e mostrar que só depois do descobrimento da América a importante gramínea veio a ser conhecida no velho mundo. Encontrada por Colombo e cultivada em 1500 na Andaluzia, teria sido daqui transferida a Portugal "entre 1515 e 1525", conseguindo tal aceitação que em 1533 o seu preço ultrapassava nos mercados os do centeio, da cevada e do milho miúdo (23). Tomada à letra ou com pequenas variantes, esta cronologia foi depois adoptada por muitos estudiosos, nacionais e estrangeiros, até aos nossos dias (24).

Parece, no entanto, que as referidas datas-limites devem ser vistas mais como uma hipótese do que como conclusão fundamentada, pois não se baseiam de forma clara em nenhum documento. A informação de Rui Fernandes (1531-1532) não constitui prova decisiva, conforme vimos, e o argumento que se vai buscar aos preços de 1533 não é convincente, em primeiro lugar porque a fonte citada se refere apenas a "milho" (sem dizer qual) e em segundo lugar porque os preços dos cereais variaram

(23) *Origem e aclimação do milho em Portugal*, in *Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa*, vol. XIX, 1917, pp. 4-13,36-46,67-78,200-214,235-260 (há separata).

(24) Henrique de Barros, *O milho em Portugal*, Lisboa, 1930, p. 5; J. Leite de Vasconcelos, *op. cit.*, vol. II, p. 80 (com alguma reserva, pois o A. diz: "julga-se que..."); O. Ribeiro, *Cultura do milho, economia agrária e povoamento*, cit., p. 657, e *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Coimbra, 1945, p. 174 (4.ª ed., Lisboa, 1986, p. 115); H. Lautensach, *A Paisagem Portuguesa. Formação dos seus aspectos culturais*, Lisboa, 1944, p. 10; Jorge Dias e colab., *op. cit.*, p. 245; Frédéric Mauro, *Le Portugal et l'Atlantique au XVII^e siècle, 1570-1670*, Paris, 1960, p. 297 (2.ª ed., 1983, p. 345); E. Le Roy Ladurie, *Les Paysans de Languedoc*, 2.ª ed., Paris, s.d. (=1.ª ed., 1966), I.1, p. 70; Georges Frêche, *Toulouse et la région Midi-Pyrénées au Siècle des lumières (vers 1670-1789)*, Mayenne, 1974, p. 215; F. Braudel, *op. cit.*, I.1, p. 138; J. Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, 1978, p. 300; O. Ribeiro, H. Lautensach e S. Daveau, *Geografia de Portugal*, vol. ID, Lisboa, 1989, p. 639, e vol. IV, Lisboa, 1991, p. 1004.

bastante durante o século XVI (25).

As descrições geográficas gerais do Minho e Trás-os-Montes na primeira metade desta centúria também não fornecem elementos concludentes: tanto o "físico" mestre António (1512) como o Dr. João de Barros (1548) aludem ao milho, mas em contextos que de modo nenhum sugerem tratar-se do mais (26).

Bem mais importante, a nosso ver, é um documento de outro género, datado de 1542 e publicado há vinte anos, mas ao qual se não tem dado a devida atenção. Referimo-nos ao censal do bispado do Porto, estudado e editado por Cândido dos Santos em 1973. Aí se encontra pela primeira vez, tanto quanto sabemos, a distinção expressa entre "milho meudo" e "milho grosso": no couto do Peso da Régua a mitra portuense recebia, de direitos, 137 alqueires do primeiro destes cereais e 260 do último. Caso único em toda a vasta diocese, onde, no entanto, eram numerosíssimas as prestações de "milho", como mostra o censal (27). Estaremos, finalmente, perante o *Zea mays*?

De interpretação mais duvidosa são as referências ao milho que constam de uma fonte pouco posterior, o *Auto das Padeiras*, atribuível, com segurança, a 1556-1557. Tendo por tema a crise cerealífera do momento e, portanto, a falta e carestia do pão, com as habituais consequências económicas e sociais, a obra apresenta, entre outras personagens, o Centeio e o Milho, na

(25) C. Neves Tavares, *op. cit.*, p. 40; António de Oliveira, *Para a história do significado botânico de milho zaburro*, pp. 12-13, nota 19, e *A vida económica e social de Coimbra*, vol. H, pp. 181-190; V. Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. IV, p. 22.

(26) *Tratado sobre a provincia dantre douroyminho (...)*, publ. por Luciano Ribeiro, *Uma descrição de Entre Douro e Minho por mestre António*, in *Boletim Cultural da C. M.do Porto*, vol. XXII, 1959, fase. 3-4, p.448; *JotíodeBarros, Geographiad'entreDouro e Minho e Tras-os-Montes*, Porto, 1919, p. 28.

(f) Cândido A. D. dos Santos, *O Censal da Mitra do Porto*, Porto, 1973, pp. 45,145, 151,432,436,450.

figura de dois vilões que discutem, procurando valorizar os méritos próprios e negar ou diminuir os do interlocutor (28).

Para alguns autores, o milho presente no texto é sem dúvida o mais, porque ele próprio informa ser de "junto de Lamego" (v. 554) e porque são frequentes as referências à "borea" (vv. 541,555,605, 638,666). Assim estaria confirmado o início desta cultura na região do Douro em meados do século XVI, ou mesmo na sua primeira metade (29).

Sem negarmos o valor da argumentação e das coincidências em que se funda, lembramos, no entanto, que algumas dúvidas se podem oferecer. Notemos, em primeiro lugar, que o milho nos aparece sempre no *Auto* sem qualquer qualificativo; num tempo em que o mais estava certamente longe de ter ultrapassado, em difusão e importância, os outros milhos, nada nos garante que não se trata de algum destes. A comparação com o conhecido texto de Rui Fernandes poderá reforçar a dúvida: além do milho "marroco", aí encontramos, situado entre o centeio e o painço, um "milho" que será, naturalmente, o miúdo.

O facto de o milho do *Auto* se dizer de "junto de Lamego" não nos esclarece sobre a sua natureza e na mesma obra também é lembrada "a cevada de Lamego" (v. 610), não porque só existisse nesse local, mas com a intenção manifesta de pôr em foco a sua qualidade.

A fonte a que nos referimos mostra claramente que nos meados do século XVI se fabricavam "boreas mimosas" de milho, — mas que milho era este? Hoje, e desde há muito, a broa é o pão de mais

(28) Maria José de Lancastre, *O Auto das Padeiras chamado da Fome ou do Centeio e Milho. Texto anónimo do século XVI. Introdução\ texto crítico e notas*, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XVII, Paris, 1982, pp. 703-827 (há separata). No presente artigo citamos o *Auto* indicando a numeração dos versos desta edição crítica.

(29) V. Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. IV, pp. 37 e 225; M. José de Lancastre, *op. cit.*, pp. 721-722.

(a que por vezes se junta trigo ou centeio), mas quando é que tal significado se tomou preponderante e por fim exclusivo? Já havia broa na Idade Média: na documentação desse período encontramos "boroa", "borona" e até um "milho pera borõa", que não era, decerto, a célebre gramínea americana ⁽³⁰⁾.

Continuamos, portanto, no reino da incerteza e da ambiguidade e estas acentuam-se ainda se repararmos nos versos do *Auto* em que o Centeio ridiculariza o Milho pelas suas minúsculas dimensões. E o caso daqueles em que lhe diz: "E tu que, Milho, nam pres-tas / senam para os passarinhos!" (vv. 615-616). Inevitavelmente nos ocorre uma conhecida quadra popular, aplicada a várias localidades e que termina com as palavras: "Terra de milho miúdo / / Alimento de pardais!". No mesmo sentido e ainda mais significativo é um apodo em verso, lembrado por Jorge Dias, e segundo o qual "homem do Minho (...) come pão de passarinho", isto é, de milho miúdo ⁽³¹⁾.

Voltando às páginas do *Auto*, vemos o Centeio insistir na pequenez do Milho, "tan piqueninho" que lhe parecia o oução (minúsculo ácaro parasita) "posto em pé de passarinho!" (vv. 644-646). Tão insignificante que até "humã formiga / te

⁽³⁰⁾ J. de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidario*, t. II, Lisboa, 1799, *Suplemento*, p. 17; A. A. Cortesão, *Subsídios para um Dicionário Completo (Histórico-Etymológico) da Língua Portuguesa*, 1.1, Coimbra, 1900, p. 25; J. Leite de Vasconcellos, *Observações ao "Elucidario" do P.º Santa Rosa de Viterbo*, in *Revista Lusitana*, vol. XXVI, Lisboa, 1927, p. 127; J. Corominas, *Diccionario Crítico Etimológico de la Lengua Castellana*, vol. I, Madrid, s.d., p. 493; Salvador Dias Arnaut, *A arte de comer em Portugal na Idade Média*, Lisboa, 1986, p. 12 e n. 1; M. Helena da Cruz Coelho, *Apontamentos sobre a comida e a bebida do campesinato coimbrão em tempos medievos*, in *Revista de História Económica e Social*, n.º 12, Lisboa, Julho-Dezembro 1983, p. 92 e n. 5.

⁽³¹⁾ Jorge Dias, *O pio de piar os milhos. Instrumento de origem oriental na Serra da Padre la*, in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XII, fase. 3-4, Porto, 1950, pp. 332-334 e notas. Segundo este autor, a designação de "pão de passarinho" no sentido de pão feito de milho miúdo encontra-se não só no etnógrafo Rocha Peixoto, mas também no botânico Gonçalo Sampaio, que, na sua *Flora Portuguesa* (2.ª ed., 1947, p. 56) diz que o referido cereal "servia para preparar o saboroso "pão de passarinho". Gonçalo Sampaio, que era minhoto, devia ter saboreado muitas vezes o pão feito com milho alvo" *Ibidem*, p. 333, n. 4).

comera dum bocado", quer dizer, de uma só vez (vv. 650-651). Tão leve que "qualquer bafinho te espalha!" (v. 652). Ora, mesmo tendo em conta a intenção polémica e depreciativa, não é verdade que estas palavras se ajustam muito melhor a um cereal *miúdo* do que a um milho graúdo ou grosso como o *Zea mays*?

Difícilmente se entenderiam também, na segunda hipótese, os seguintes versos: "Compadre, para que prestas? / Porque te digo, sem falha, / que nam prestas para palha / nem para comerem bestas!" (vv. 653-656). Referir tais palavras ao mais seria negar a própria evidência, dadas as suas múltiplas utilidades, inclusive na alimentação dos animais ⁽³²⁾. A nosso ver, portanto, e até melhor prova, o testemunho do *Auto das Padeiras* não é decisivo ⁽³³⁾.

5. À medida que avançamos no século XVI, já na segunda metade, aumentam as probabilidades de as referências ao milho abrangerem também o *Zea mays*, até porque se vai tornando mais frequente a distinção entre milho grosso e miúdo, que encontramos pela primeira vez na região da Régua em 1542.

A nova gramínea foi substituindo a antiga, mas, entretanto, a imprecisão da terminologia toma difícil, como já vimos, a interpretação dos documentos, sobretudo na fase inicial de transição. O nome de *mais*, embora conhecido, não se popularizou; o termo *zaburro*, que a princípio terá designado o sorgo, foi, ainda no século XVI, identificado com *milho grosso* e as investigações de António

⁽³²⁾ Daniel Faucher, *Géographie agraire. Types de Cultures*, 3.^a ed., Paris, 1949, pp. 106-107,179; Artur Castilho, *Manual Enciclopédico do Agricultor Português. Agricultura- II Parte. Grupo /- Cereais*, Porto, s.d., pp. 1135-1139,1150-1161; O. Ribeiro, *Milho*, p. 63, e *Opúsculos Geográficos*, vol. IV, pp. 202-203.

⁽³³⁾ A mesma dúvida em António de Oliveira, *A vida económica e social de Coimbra*, vol.II, p. 142, n. 1.

de Oliveira levam-nos a crer que ambos estes nomes se aplicaram ao novo cereal americano, também conhecido, e cada vez mais, simplesmente por *milho* ⁽³⁴⁾.

"Não é fácil deslindar os fios desta meada tão emaranhada", diz, com razão, Magalhães Godinho ⁽³⁵⁾. No estado actual dos conhecimentos, não é possível determinar de forma precisa, ou mesmo aproximada, a data da introdução do *Zea mays* em Portugal. Ela deve ter-se verificado, no entanto, durante o século XVI, provavelmente ainda na primeira metade, conforme parece mostrar a representação, realista ou estilizada, da maçaroca como elemento decorativo na arte manuelina, — aspecto para o qual chamou a atenção Orlando Ribeiro ⁽³⁶⁾.

Grandes são também as dúvidas quanto ao foco emissor e ao lugar de início da cultura. Terá vindo da América para o nosso País através da Andaluzia, segundo tradição registada desde o século XVII e que parece apoiada pela conhecida precocidade da chegada da planta à Espanha? Ou da África negra pela via de Marrocos, onde os Portugueses se encontravam estabelecidos desde 1415? Embora considerando não estar resolvido o problema da existência do mais nos continentes africano e asiático em tempos pré-colombinos, Magalhães Godinho admite a hipótese de duas introduções de mais americano em Portugal, uma a

(f) António de Oliveira, *Para a história do significado botânico de milho zaburro*, pp. 7-13 e notas, e *A vida económica e social de Coimbra*, vol. II, pp. 142-144 e notas; O. Ribeiro, *Milho*, p. 59, e *Opúsculos Geográficos*, vol. IV, p. 195; V. Magalhães Godinho, *Os Descobrimientos e a Economia Mundial*, vol. IV, pp. 28-34. No seu *Tratado dos Descobrimientos*, terminado entre 1550 e 1557, António Galvão referiu-se ao mais, mas a propósito da América, não de Portugal (3.^a ed., Porto, 1944, pp. 264 e 272).

⁽³⁵⁾ *Os Descobrimientos (...)*, vol. IV, p. 34.

⁽³⁶⁾ O. Ribeiro, *A propósito de áreas lexicais no território português (Algumas reflexões acerca do seu condicionamento)*, in *Boletim de Filologia*, t. XXI, Lisboa, 1965, p. 188, n. 57; idem, *Milho*, p. 61; idem, *Opúsculos Geográficos*, vol. IV, pp. 198-199; C. Neves Tavares, *op. cit.*, p. 41. A maçaroca é um dos elementos decorativos usados por Boitaca e Diogo Pires-o-Moço (Reynaldo dos Santos, *O Estilo Manuelino*, Lisboa, 1952, pp. 31, 54, 56 e estampa CXIV).

partir da Guiné e Cabo Verde e outra de Espanha C7X o que talvez ajude a explicar a diversidade de opiniões e certas confusões das fontes mais antigas.

Em território português, onde começou a nova planta a ser cultivada? Nos campos de Coimbra, como dizem expressamente autores do século XVII (que documentos da segunda metade da centúria anterior parecem confirmar), ou no Alto Douro, onde, como vimos, já existia "milho grosso" em 1542, sem falar do "milho marroco" de 1531-1532, que alguns identificam com o mais?

É impossível, por agora, responder com segurança a estas perguntas, mas mais importante que as questões de data e lugar da entrada do mais é a da sua difusão. De facto, como já foi notado, uma coisa é o conhecimento da planta, cultivada limitadamente como espécie exótica, e outra, bem diferente, é o seu impacto no sistema agrário, sendo este aspecto o que mais interessa ao historiador ⁽³⁸⁾.

Considerando que o novo cereal veio enriquecer de modo notável o nosso património agrário, graças ao seu grande rendimento, ao valor alimentício dos grãos e às suas múltiplas utilidades, Orlando Ribeiro tem defendido a ideia de que, ao suprir, em larga medida, as habituais carências neste domínio, o mais terá criado para o Noroeste português condições particularmente favoráveis ao desenvolvimento demográfico e a todo um conjunto de transformações na paisagem, na economia e na sociedade. A este grande acontecimento histórico chamou o mesmo estudioso a "revolução do milho" ⁽³⁹⁾.

⁽³⁷⁾ *Os Descobrimentos (...)*, vol. IV, pp. 34-38.

⁽³⁸⁾ Baudilio Barreiro, *La jurisdicción de Xallas en el siglo XVIII. Población, sociedad y economía*, 2.ª ed., Santiago de Compostela, 1978, pp. 345-346; idem, *El maíz en el sistema agrario de la España moderna*, in *17.º Congreso Internacional de Ciencias Históricas*, tomo I, Madrid, 1992, p. 184.

⁽³⁹⁾ *Portugal o Mediterráneo e o Atlántico*, 4.ª ed., cit., pp. 115-122; idem, *Milho*, p. 63; idem, *Opúsculos Geográficos*, vol. IV, pp. 191-192, 202-204. Plantas révolu-

No entanto, se há acordo quanto à importância do *Zea mays* na economia europeia e até mundial, já encontramos divergências no que respeita às formas e tempos da sua difusão, rápida para uns, lenta ou com ritmos diversos segundo outros. E mais uma vez se torna necessário distinguir entre a simples presença da planta e a sua cultura em larga escala, com a correspondente projecção económica e social. Para uma melhor compreensão, parece conveniente situar o caso português no quadro dos países mediterrânicos e da Europa meridional.

6. Em consequência dos descobrimentos de Colombo, os primeiros grãos do novo cereal chegaram à Espanha ainda nos fins do século XV e deram certamente origem a experiências, embora Hémardinquer considere não haver provas seguras de uma "cultura regular" antes de 1550. Já nas primeiras décadas do século XVI, os cronistas Pedro Mártir de Anghiera e Gonzalo Fernández de Oviedo assinalavam a presença da planta na Andaluzia e em Castela, cultivada nos jardins. Em 1555, porém, o naturalista André Laguna dizia encontrar-se "a cada paso" uma espécie de milho chamado turco, com canas muito grandes e maçarocas de muitos grãos, e este — explicava — era "el maíz de las Indias". Estranhamente, no entanto, o médico Francisco Hernández, ao regressar de uma missão no México, alguns anos depois (1570-1577), admirava-se de os Espanhóis não terem ainda transportado e

cionárias foi designação usada, para o mais e a batata, por Cunha Coutinho (*Op. cit.*, p. 242) e D. Faucher (*Op. cit.*, pp. 105-107). Entretanto, já o agrónomo De Saint-Félix -Mauremont tinha escrito, em 1833, que a introdução do referido cereal provocara no sul da França uma "revolução" duradoura (Cit. por G. Frêche, *op. cit.*, pp. 215, 225 e 904). Um século depois, Th. Lefebvre referiu-se também à "revolução agrícola pelo mais" e ao seu "imenso alcance" (*Les modes de vie dans les Pyrénées atlantiques orientales*, Paris, 1933, p. 203). Mas coube a O. Ribeiro a formulação mais completa e perfeita desta ideia e a sua divulgação entre nós.

⁽⁴⁰⁾ J.-J. Hémardinquer, M. Keul e W. G. L. Randles, *Pour un atlas d'histoire de la vie matérielle. Cartes historiques des cultures vivrières*, in *Annales E. S. C.*, 21.º ano, 1966, n.º 5, pp. 1019-1020.

adaptado na sua terra este género de cereal, tão útil contra a fome.

Para além de confusões e deficiências de informação, as divergências das fontes literárias sugerem uma realidade complexa no tempo e no espaço, o que é confirmado por documentação de outra natureza. Assim, tem sido possível verificar que o mais foi introduzido precocemente na Andaluzia, no Levante espanhol e na Catalunha, mas, por motivos de ordem geográfica, ou demográfica, ou económica, ou por todos eles, não se difundiu aí largamente durante os séculos XVI e XVII e só veio a ter lugar de relevo na vida agrária a partir de meados do século XVIII.

Bastante diferente é o caso das regiões nórdicas da Península, desde as Vascongadas, zona cantábrica e Asturias até à Galiza, "onde o mais passou rapidamente a dominar absoluto do sistema agrário em detrimento do resto dos cereais, especialmente dos de primavera-verão" (41). Conhecido, em alguns lugares, desde o século XVI, foi geralmente a partir da primeira década da centúria seguinte que se verificou a expansão cultural e a preponderância económica da nova gramínea.

Houve algum atraso na Galiza, onde as fontes actualmente conhecidas parecem revelar uma penetração pelas rias de Arosa e Pontevedra nos fins da década de 20, com avanço rápido nas zonas baixas costeiras e mais lento nas áreas montanhosas do interior. É provável que a entrada se tenha efectuado por via marítima, com origem na Andaluzia ou em Portugal. Vemos, pois, que a cultura do mais, embora iniciada no Sul espanhol, se desenvolveu sobretudo nas húmidas regiões nortenhas, onde "em poucas décadas chegou a dominar o sistema agrícola" (42).

(41) B. Barreiro, *El maíz en el sistema agrario de la España moderna*, cit., p. 186.

(42) B. Barreiro, *El maíz*, cit., p. 188. Além desta síntese recente, ver também, para aprofundar os aspectos regionais: J.-J. Hémardinquer, *Les débuts du maïs en Méditerranée (Premier aperçu)*, in *Mélanges en l'honneur de Fernand Braudel*, vol. I, Toulouse,

Introduzido na Itália, segundo parece, bastante cedo, por envio da Espanha, só teve alguma importância depois de meados do século XVI, quando Ramusio (1554) já assinalava "campos inteiros" de mais na Venécia, ou, mais precisamente, na Polesina; a sua difusão fez-se a partir daí nas regiões setentrionais e centrais italianas, ao longo dos séculos XVII e XVIII. O mesmo aconteceu no Sul, onde o "grano d'india" ou "granoturco" foi levado de Espanha ao reino de Nápoles para acudir à grande fome de 1590-1591. A nova cultura substituiu em quase toda a Itália a dos antigos cereais de segunda e provocou importantes transformações na vida agrária e na alimentação das populações rurais⁽⁴³⁾.

Em França terá o mais entrado por duas vias: a partir da Itália, parece ter atingido o Vivarais, junto ao vale do Ródano, na última década do século XVI, mas de maiores consequências foi a penetração de origem espanhola no sudoeste francês, para alguns ainda na mesma centúria, segundo outros já na transição para o século XVII. Com início em Bayonne, a nova cultura difundiu-se lentamente pela Aquitania e o Languedoc ocidental no decurso dos séculos XVII e XVIII, desempenhando importante papel na vida económica e facilitando o desenvolvimento demográfico O⁴).

1973, pp. 227-233; A. López Gómez, *La introducción del maíz en Valencia*, in *Estudios Geográficos*, vol. XXXV, Madrid, 1974, n.º 135, pp. 147-156; E. Fernández de Pinedo, *Crecimiento económico y transformaciones sociales del País Vasco (1100-1850)*, Madrid, 1974, pp. 24-28; José M. Pérez García, *Aproximación al estudio de la penetración del maíz en Galicia*, in *La historia social de Galicia en sus fuentes de protocolos*, publ. por A. Eiras Roel e colab., Santiago de Compostela, 1981, pp. 117-159; B. Barreiro, *La introducción de nuevos cultivos y la evolución de la ganadería en Asturias durante la Edad Moderna*, in *Congreso de Historia Rural. Siglos XVI al XIX*, Madrid, 1984, pp. 287-303.

⁽⁴³⁾ M. Bonvicini, *Mais*, in *Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Art i*, vol. XXI, Roma, 1934, pp. 970-971; E. Sereni, *Storia del paesaggio agrario italiano*, Bari, 1961, pp. 178-180; F. Braudel, *op. cit.*, t. I, p. 138; J.-J. Hémardinquer, *Les débuts du maïs en Méditerranée*, cit., p. 229.

O Th. Lefebvre, *op. cit.*, pp. 203-208; E. Le Roy Ladurie, *op. cit.*, 2.^a ed., t. I, pp. 70-71; Georges e Geneviève Frêche, *Les prix des grains, des vins et des légumes à*

Mais complexo ainda se nos apresenta o processo da sua disseminação nas regiões balcânicas, admitindo-se a possibilidade de vários focos emissores, desde a Itália à Anatólia, embora o papel dos Turcos de modo nenhum corresponda ao que sugere a antiga nomenclatura usada nos países europeus. Eles não apreciavam o novo cereal e por isso não fomentaram a sua cultura nem o exigiram, nos tributos de géneros, aos povos dominados.

Conhecido, desde o século XVII, na Eslavónia, nos principados romenos, na Hungria, na Sérvia e, provavelmente, na Bulgária, de início como cultura de jardim, difundiu-se depois largamente, com nomes diversos, alguns dos quais anteriormente aplicados ao sorgo e ao milho miúdo. O grande rendimento do mais e a possibilidade de o subtrair ao fisco ajudaram à sua difusão e deram-lhe um lugar fundamental na alimentação camponesa. Em especial desde o século XVIII, ele foi "o pão dos pobres nos Balcãs" (45).

De resto, segundo Braudel, só nesta centúria é que o mais conheceu a sua "fortuna europeia", num "atraso espantoso" relativamente ao descobrimento da América, mas com excepções, entre as quais o mesmo autor aponta a de Portugal (6). Voltemos, pois, ao nosso País e tentemos seguir os caminhos do novo cereal, no espaço e no tempo.

7. Conforme já vimos, para Cunha Coutinho (1917) o milho americano entrou em território nacional entre 1515 e 1525. Após uma fase inicial de proibição e de cultura limitada a hortas e jar-

Toulouse (1486-1868), Paris, 1967, pp. 20-22, 33-36, 54-62; Georges Freche, *Toulouse et la région Midi-Pyrénées*, cit., pp. 213-222, 226 (n. 22); J. Jacquart, *Immobilisme et catastrophes, 1560-1660*, in *Histoire de la France rurale*, dirig. por G. Duby e A. Wallon, t. D, Paris, 1976, p. 236; F. Braudel, *op. cit.*, 1.1, pp. 136-138.

(45) T. Stoianovich e G. C. Haupt, *Le maïs arrive dans les Balkans*, in *Annales E. S. C.*, 17.º ano, 1962, n.º 1, pp. 84-93; T. Stoianovich, *Le maïs dans les Balkans*, in *Annales E. S. C.*, 21.º ano, 1966, n.º 5, pp. 1012-1025.

(46) F. Braudel, *op. cit.*, 1.1, pp. 137-138.

dins, em breve se teria divulgado por todas as províncias do Norte, a ponto de, nos fins do século XVI, os lavradores dessas regiões terem já alterado quase por completo o seu regime alimentar, sendo de notar, especialmente, a substituição do pão de centeio (ou misturado com milho miúdo) pela broa e papas de mais (47).

Esta ideia da rápida difusão da nova gramínea foi depois adoptada por diversos autores até aos nossos dias, embora Orlando Ribeiro tenha lembrado que a expansão se verificou sobretudo na zona atlântica nortenha durante o primeiro século, continuando nos seguintes mais lentamente, para o interior trasmontano e beirão e para o Sul (48).

Na primeira metade do século XVII o pão de mais tinha já um papel fundamental na alimentação das camadas populares do Minho e da maior parte da Beira, segundo o testemunho de Manuel Severim de Faria, que embora bem conhecido, merece ser transcrito mais uma vez, dada a sua importância: "Do mesmo modo quasi por este tempo começaraõ pelo districto de Coimbra a fazer searas de milho grosso de maçaroca, que vem de Guiné; & aos primeiros seguirão outros em tanto numero, que he hoje o mantimento mais ordinario para a gente vulgar, quasi em toda a Beira, & entre Douro, & Minho; de que se seguio grande beneficio a estas Provincias; porque como as searas saõ de regadio, nunca faltaõ; & fundindo muito, vem a ser o mantimento muito barato, com que o povo fica de todo abastado" (49).

(47) C. Cunha Coutinho, *op. cit.*, pp. 242, 245-246.

(48) O. Ribeiro, *Cultura do milho, economia agrária e povoamento*, cit., pp. 660-661, e *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 4.ª ed., pp. 115 e 120. Cfr. Henrique de Barros, *op. cit.*, p. 5; Jorge Dias e colab., *Sistemas primitivos de secagem*, cit., pp. 242 e 251; J. M. Vaz Oliveira, *O Milho*, Lisboa, 1984, p. 17.

(49) *Noticias de Portvgal (...)*, Lisboa, 1655, p. 20.

Pelo que respeita aos campos de Coimbra, as afirmações de Severim parecem confirmadas pelos resultados das investigações, atrás referidas, de António de Oliveira: com os nomes de milho grosso e milho zaburro, o mais seria aí efectivamente cultivado já na primeira metade do século XVII e até nos fins do XVI ⁽⁵⁰⁾. No mesmo sentido, mas num plano mais geral, tem sido também lembrado o testemunho de Duarte Nunes de Leão, embora aluda apenas a milho, sem qualquer qualificativo ⁽⁵¹⁾-

Entretanto, convém notar que nem todos os estudiosos têm admitido a ideia de uma rápida difusão do mais no território português logo a seguir à sua introdução. Carlos Neves Tavares, com base num passo de Viterbo e tendo em conta o exemplo de outras regiões europeias, foi de parecer que, "após o entusiasmo despertado pela nova planta alimentar, o seu cultivo entrou em franco declínio para, mais tarde, renascer com novo ímpeto e expandir-se progressivamente nas áreas mais convenientes ou tidas como tal" ⁽⁵²⁾.

Há quem pense que a "revolução do milho", embora tenha vindo, efectivamente, alterar o regime alimentar do povo português do Noroeste e a paisagem agrária, não estava ainda consumada em meados do século XVI e só se fez, de facto, sentir ao longo dos séculos XVII e XVIII ⁽⁵³⁾.

ⁱ⁵⁰) Ver as obras citadas na nota 7.

⁽⁵¹⁾ *Descrição do Reino de Portugal (...)*, Lisboa, 1610. A obra foi terminada em 1599. Com referência ao Ribatejo, escreve o autor que, "colhido o trigo se semeao milho, que com pouca cultura nasce, & se madura logo" (fl. 33 v.), e indica o mesmo cereal como um dos mantimentos do Minho e Beira (fis. 66-66v.). "Parece evidente que se trata do mais", diz O. Ribeiro (*Opúsculos Geográficos*, vol. IV, p. 197).

⁽⁵²⁾ *Op. cit.*, pp. 36-37. Opinião criticada por O. Ribeiro (*Milho*, p. 60; *Opúsculos Geográficos*, vol. IV, p. 198).

⁽⁵³⁾ A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, 2.^a ed., p. 66, e *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, 1972, p. 239.

Por outro lado, a palavra "revolução" deve ser convenientemente entendida quando aplicada à vida rural do passado até ao século XIX. Sob uma aparente imobilidade, ela está em "perpétuo movimento", como disse Marc Bloch, mas os ritmos de mudança são diversos, em geral lentos, de modo que as transformações só se tornam sensíveis em períodos longos e por processos pouco ou nada espectaculares. Tal foi o caso da difusão de novas plantas na época moderna e designadamente do milho (54).

As suas qualidades deram-lhe vantagem na concorrência com os outros cereais, em especial com o milho miúdo, que foi substituindo, não de forma rápida e total, mas por uma "longa evolução" (55). Assim terá acontecido nas regiões setentrionais da Espanha, onde o milho miúdo conservou um papel fundamental na distribuição do espaço agrícola durante o século XVI (56). Também na França, na Itália, na Europa central e balcânica, este cereal continuou a ser cultivado e a servir de alimento popular, sob a forma de papas ou sopas grosseiras (57). "No século XVI, mais do que um cereal de complemento, o milho miúdo é o pão dos pobres" (58).

8. Quanto a Portugal, opomos grandes reservas à opinião, atrás citada, de Cunha Coutinho, segundo a qual, nos fins do século XVI,

(M) M. Bloch, *Les caracteres originaux de l'histoire rurale française*, 2.^a ed., 1.1, Paris, 1952, p. 201; M. Augé-Laribé, *La Révolution agricole*, Paris, 1955, pp. 1-11; M. Olimpia da Rocha Gil, *Arroteias no vale do Mondego durante o século XVI. Ensaio de historia agrária*, Lisboa, 1965, p. 10; F. Braudel, *op. cit.*, t. H, 2.^a ed., Paris, 1980, pp. 222-224.

(55) Th. Lefebvre, *op. cit.*, p. 204.

(56) B. Barreiro, *El maíz en el sistema agrario*, cit., pp. 189-191.

(57) F. Braudel, *op. cit.*, 1.1, pp. 86 e 110. Cfr. A. Maurizio, *Histoire de l'alimentation végétale*, cit., pp. 297-299; G. e G. Frêche, *Le prix des grains*, p. 36, n. 2; G. Frêche, *Toulouse et la région Midi-Pyrénées*, pp.219-220; T. StoianovicheG. Haupt, *op. cit.*, pp. 89-90; J. M. Pérez García, *op. cit.*, pp. 118-119.

(58) F. Braudel, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, 2.^a ed., 1.1, Paris, 1966, p. 540. Cfr. pp. 517-518, 538.

o mais estava divulgado por todas as províncias do Norte, provocando a alteração quase completa do regime alimentar dos camponeses. Sabemos que o cultivo do milho (*miliaceum* L.) foi "importantíssimo" até à época dos Descobrimentos, conforme lembra Lautensach, e que o *Zea mays* o veio substituir em larga escala, como mostra até a utilização do mesmo nome para as duas plantas⁽⁵⁹⁾, mas este processo levou tempo. A própria distinção que muitas vezes aparece nas fontes entre os dois milhos, o *miúdo* e o *grosso*, revela a permanência do primeiro, embora a perder terreno ante o avanço do segundo. Mas a terminologia, como já vimos, nem sempre é clara e daí as dificuldades para seguir, com rigor, as etapas da substituição.

Nos séculos XVI e XVII o pão de milho era um dos mais importantes alimentos dos estratos populares em várias regiões do País. A Câmara de Coimbra considerava-o, em 1578, como "o principal de que este povo se sustenta", e para a de Lisboa, em 1630, constituía "o sustento de gente pobre e miserável". Pão de milho miúdo, sem dúvida, mas também já, muito provavelmente, de mais, que aparece em várias fontes sob a designação de milho grosso ou zaburro O.

Desde os séculos XIV e XV, pelo menos, Portugal debatia-se com o problema da escassez de cereais, dadas as más condições da produção (dependentes da irregularidade do clima, da reduzida fertilidade do solo e da rarefacção da mão-de-obra), a que se juntavam as dificuldades da circulação. Esta situação ia prolongar-se pelos séculos XVI e XVII, frequentemente agravada por crises mais ou menos agudas, que se manifestavam sobretudo no abastecimento de trigo aos centros urbanos do litoral. Problema português, mas também de outros países europeus meridionais, que para

⁽⁵⁹⁾ H. Lautensach, *A Paisagem Portuguesa*, cit., pp. 8-14.

⁽⁶⁰⁾ António de Oliveira, *Para a história do significado botânico de milho zaburro*, pp. 8-9 e notas 12-14; idem, *A vida económica e social de Coimbra*, vol. H, pp. 134-144 e notas; M. Olímpia da Rocha Gil, *op. cit.*, pp. 63,73-74.

ele iriam procurar soluções, contribuindo para o desenvolvimento do comércio internacional.

No que respeita ao nosso País, encontramos todo um conjunto de providências governativas a nível externo e interno dirigidas a dificultar a exportação de cereais e a facilitar a importação. Entre os séculos XIV e XVII, as constantes carências cerealíferas vão atrair aos portos portugueses navios estrangeiros carregados de trigo nórdico e mediterrânico, sem falar do que entrava pela fronteira terrestre. Com a expansão criaram-se novos centros de consumo e aumentou, portanto, a procura, mas também surgiram novas zonas de produção, como a Madeira e os Açores.

No século XV desenvolveram-se nestes arquipélagos a cultura e aexportação do trigo, mas, durante os séculos XVI e XVII, a vinha e a cana de açúcar tornaram-se preponderantes na agricultura madeirense. Servindo de estação distribuidora às praças portuguesas de Marrocos, à Guiné e ao Brasil, a ilha teve de recorrer, para acudir às suas próprias necessidades de pão, à produção dos Açores.

Graças a condições de solo e de clima favoráveis ao trigo na maior parte das ilhas, este arquipélago veio a ser "um dos celeiros do Império português e especialmente de Lisboa" (61). Nem por isso deixou de passar por vicissitudes e momentos de penúria, que a introdução do mais, na primeira metade do século XVII, terá contribuído para minorar, favorecendo a criação de gado e, portanto, a alimentação açoriana (62). Mas é tempo de regressarmos ao continente para tentar seguir a difusão da nova planta e o seu papel na vida económica (63).

(61) F. Mauro, *Le Portugal et l'Atlantique au XVII^e siècle*, cit., p. 299. Cfr. J. Marinho dos Santos, *Os Açores nos sécs. XV e XVI*, vol. I, Coimbra, 1987, pp. 343-350, e vol. D, Coimbra, 1987, pp. 458-474, 481-491, 505-522.

(62) F. Mauro, *Sur l'introduction du maïs aux Açores*, in *Revista de Economia*, vol. VIII, Lisboa, 1955, pp. 61-62, e *Le Portugal et l'Atlantique au XVII^e siècle*, pp. 300-301, 310-317.

(63) Sobre os assuntos a que aludimos no texto ver: F. Mauro, *Le Portugal et l'Atlantique au XVII^e siècle*, pp. 295-306; A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à*

9. As carências e as crises em matéria de cereais suscitaram, como já dissemos, numerosas providências. Vimos que, no plano externo, se tratou sobretudo de fomentar as importações e tentar impedir a saída de pão. Estas medidas foram completadas internamente por uma actuação constante da Coroa e dos municípios, utilizando processos diversos mas convergentes, como as taxas dos preços, em especial nos anos de más colheitas, a luta contra o açambarcamento e o mercado negro dos , a obrigatoriedade da venda do pão em locais determinados e o transporte de cereais das regiões com boa ou suficiente produção para as que sofriam de penúria.

Se Lisboa era o grande centro da recepção e distribuição pelo País do pão estrangeiro, também, devido à concentração populacional, tinha frequentes e graves problemas de abastecimento, que a forçavam a recorrer aos mercados internos. Nestas circunstâncias, a introdução do milho mais pode ter aparecido como uma ajuda providencial⁽⁶⁴⁾.

Ao fazer a história da nova gramínea em Portugal, pondo em foco as suas características, desenvolvimento e importância, Frédéric Mauro admitiu, manifestamente influenciado pelo conhecido testemunho de Severim de Faria, que na primeira metade do século XVII ela se tomou o alimento habitual da população do Minho e da

História da Agricultura em Portugal, pp. 25-60, 119-173, 247-282; F. Braudel, *La Méditerranée*, cit., 2.^a ed., vol. I, pp. 300-304; V. Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2.^a ed., vol. III, Lisboa, 1982, pp. 217-244, e vol. IV, pp. 11-12; António Cruz, *Algumas observações sobre a vida económica e social da cidade do Porto nas vésperas de Alcácer Quibir*, Porto, 1967, pp. 99-138; António de Oliveira, *A vida económica e social de Coimbra*, vol. H, pp. 146-198; F. Castelo-Branco, *Lisboa seiscentista*, Lisboa, 1956, pp. 123-130; F. Ribeiro da Silva, *O Porto e o seu termo (1580-1640). Os homens, as instituições e o poder*, vol. II, Porto, 1988, pp. 693-722; Teresa Rodrigues, *Crises de mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*, Lisboa, 1990, pp. 23-24, 125, 131, 150-163.

⁽⁶⁴⁾ F. Mauro, *Le Portugal et l'Atlantique au XVII^e siècle*, p. 296. Ver também as obras citadas na nota anterior, especialmente as de V. Magalhães Godinho e António de Oliveira.

maior parte da Beira. Notou, no entanto, que, apesar do mais e da sua produtividade, apesar da cuidadosa política de abastecimento dos poderes central e local, Portugal conheceu ainda crises de subsistências ao longo do século XVII. A explicação do facto estaria, por um lado, na atracção ultramarina, que teria prejudicado a produção cerealífera nacional, e, por outro, na circunstância de os efeitos da cultura do mais só se terem realmente sentido na segunda metade do século XVII (65).

Esta conclusão não parece conciliável com a ideia, defendida por alguns autores, de uma rápida expansão da planta americana no território português ainda no século XVI. Gostaríamos de saber, por exemplo, em que se funda Pierre Chaunu para afirmar que o mais tinha já "transformado uma parte de Portugal por volta de 1540-1550" (66). Na melhor das hipóteses, tratar-se-ia de uma área bastante limitada.

Notemos como são escassas, nesse tempo, as referências expressas a "milho grosso" e como a ambiguidade da nomenclatura utilizada parece mostrar a pouca importância relativa do mais. Quando, em 1555, o P.^e Fernando Oliveira, ao tratar da arte da guerra no mar, teve de se ocupar das vitualhas dos navios, não hesitou em escrever que o biscoito feito de trigo era o melhor, apontando depois os inconvenientes do centeio, da cevada e do milho. E acrescentava que, nas terras onde não havia trigo, os navios supriam a falta do biscoito com outros mantimentos que serviam de pão: "na india cõ arroz, no brasil cõ maiz e raiz" [mandioca?], mas nem lá nem cá achavam "cousa igual ao trigo para mâtimento e força do home" (67).

(65) F. Mauro, *Le Portugal et l'Atlantique au XVII^e siècle*, pp. 296-297, 304-306. Ao apresentar a longa lista dos factores da conjuntura em Lisboa, com resumos de documentos de 1553 a 1670 (*Ibid.*, pp. 335-348), o autor traduz a palavra "milho" dos textos do século XVII pelo francês "maïs". Talvez esteja certo, mas, a rigor, não o sabemos, dada a diversidade de significados do termo português naquela época.

(66) *La Civilisation de l'Europe classique*, Paris, 1970, p. 307.

(67) P.^e Fernando Oliveira, *A Arte da Guerra do Mar* (1555), Ed. do Ministério da Marinha, Lisboa, s.d. (1969?), pp. 43-44.

Manifestamente, o milho que o autor conhecia em Portugal não era o mais e onde este substituíra o biscoito das armadas e servia de pão era no Brasil. Até prova em contrario, devem, pois, ter razão os estudiosos que se inclinam a atribuir, não a simples entrada, mas os inícios da grande expansão da planta americana no nosso território aos fins do século XVI e primeiras décadas do seguinte⁽⁶⁸⁾.

No termo destas observações e reflexões somos mais uma vez levados a analisar o tão conhecido e tão citado testemunho de Severim de Faria, numa perspectiva crítica que parece bem necessária, porque ele põe alguns problemas. Antes de mais, um problema de datas: a da redacção do texto e a que o autor atribui ao início da cultura do milho grosso de maçaroca nos campos de Coimbra. É sabido que as *Noticias de Portvgal* foram editadas em Lisboa no ano de 1655, mas a mais antiga licença da obra é de 18 de Dezembro de 1653. No prólogo *Aos Leitores*, datado de 24 de Outubro do mesmo ano, refere-se o autor aos seus *Discursos varios politicos*, dados à estampa em 1625 (aliás 1624), e diz que "naquelle tempo" tinha "ja quasi em estado para se poder imprimir" uma obra grande, intitulada *Noticia de Portugal, & suas conquistas*. Inconvenientes entretanto surgidos levaram-no a retardar a publicação, mas resolvia agora editar alguns discursos, dos numerosos que na referida obra se continham, dando-lhes um título semelhante ao primeiro, pelo muito que participavam do original.

Esta informação de Severim tem levado muitos historiadores a admitir que o texto foi escrito cerca de 1625. Por outro lado, a

⁽⁶⁸⁾ António de Oliveira, *Para a história do significado botânico de milho zaburo*, pp. 8-11 e notas, e *A vida económica e social de Coimbra*, vol. II, pp. 142-143 e n. 3; V. Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. IV, p. 38; Armando Castro, *História Económica de Portugal*, vol. III, Lisboa, 1985, pp. 128, 394-395.

notícia relativa ao milho grosso aparece ligada cronologicamente à vinda de um oleiro espanhol para Portugal, nos seguintes termos: "Poucos annos ha que hum oleiro, que veio de Talaveira a Lisboa, vendo a bondade do barro da terra, começou a lavar louça vidrada branca, não só como a de Talaveira; mas como a da China (...). Do mesmo modo quasi por este tempo começaraõ pelo districto de Coimbra a fazer searas de milho grosso de maçaroca..." (69). Assim, a cultura ter-se-ia iniciado no primeiro quartel do século XVII, ou mesmo nos fins do anterior.

A esta conclusão pode objectar-se com o facto de o texto das *Noticias* estar cheio de actualizações, com referências a pessoas, acontecimentos e datas da época da Restauração. Nestas circunstâncias, como garantir que as linhas respeitantes ao milho não foram acrescentadas depois de 1625, embora antes de 1653? Os estudos, já antigos, de J. Leite de Vasconcellos sobre Severim de Faria permitiram, muito recentemente, esclarecer este ponto de forma decisiva.

A anunciada *Noticia de Portugal*, quase pronta para a impressão por altura de 1625, era uma "obra grande", parte da qual se encontra no códice 917 da Biblioteca Nacional de Lisboa. Em 1916 adquiriu Leite de Vasconcellos um manuscrito do século XVII, "análogo, na disposição e na letra", ao referido códice, mas de conteúdo diferente, abrangendo os livros 1.º e 2.º da *Noticia*. Ora, no capítulo 11 do livro 1.º, dedicado à "Mechanica", o autor faz referências à cerâmica nacional e acrescenta que "de dez annos a esta parte se começaraõ a laurar em Lisboa persolanas, e louça vidrada branca â imitação das que se faziaõ em Talaveira, e China...". Por outro lado, no início do livro 2.º, alude a D. Filipe II de Portugal e III de Castela como sendo vivo e sabemos que morreu em 1621. O livro 1.º não pode ser, portanto, posterior a esta data e a expressão "de dez annos a esta parte" mostra que o oleiro espa-

(69) *Noticias de Portugal*, p. 20.

nhol entrou em Portugal, o mais tardar, por volta de 1611. E foi "quasi por este tempo" que, segundo Severim, começaram nos campos de Coimbra as searas de milho grosso (70).

Os termos usados e o facto de 1621 ser apenas uma data-limite permitem recuar a introdução para fins do século XVI, de acordo com os documentos revelados por António de Oliveira (71). Mas, para além das questões de cronologia, o texto do chantre de Évora suscita outro problema ao afirmar que "hoje" (primeira metade do século XVII) o milho de maçaroca era o mantimento corrente da gente vulgar quase em toda a Beira e Entre-Douro-e-Minho. Julgamos haver aqui uma generalização excessiva, tornando-se necessário ter em conta as diferenças regionais de uma tão vasta área geográfica.

10. Sabemos que a cultura do milho grosso se desenvolveu nos campos de Coimbra e Leiria durante a primeira metade do século XVII e do mesmo modo na região de Braga, como mostram as rendas do mosteiro de Tibães, pelo menos a par-

(70) J. Leite de Vasconcellos, *Severim de Faria. Notas biográfico-literárias*, Coimbra, 1914, pp. 10-12, e *Severim de Faria. 2.ª memória*, Coimbra, 1917, pp. 6-15. Devesmos o esclarecimento deste problema cronológico a Luís Seabra Lopes, que o obteve na sequência de uma sugestão nossa e a ele se refere no seu trabalho inédito sobre *S. João da Azenha. Um espaço rural em evolução no vale do Cértima e na Bairrada*, p. 42 e n. 5.

(71) Vem a propósito lembrar que uma sentença da Relação do Porto sobre partilha de milho nos campos de Maiorca (Baixo Mondego), datada de 28 de Julho de 1781, considerava "o milho grosso introduzido nestes reynos em tempo muito posterior aos Foraes dados em 1514" e lembrava que tanto as Ordenações Manuelinas (1521) como as Filipinas (1603) "são anteriores á sementeira do milho grosso, que huns fazem entrar neste reyno das partes Ultramarinas em 1620, ou 1622, outros mais cedo em 1612, pelo que nem huma, nem outra Ley podia ter á vista a partilha deste milho..." (M. Margarida Sobral Neto, *Regime senhorial, sociedade e vida agrária. O mosteiro de Santa Cruz e a região de Coiml)ra(1700-1834)*, vol. D, Coimbra, 1991, doc. 19, pp. 527-528). Infelizmente, não sabemos se o redactor deste interessante texto se baseou em documentos antigos, ou apenas em inseguras tradições orais, como parece indicar a hesitação nas datas apontadas. De qualquer modo, não se afasta muito de Severim de Faria, mas não dá a impressão de o ter utilizado como fonte, ao menos directa.

tir de 1630 ⁽⁷²⁾. Mas de Coimbra, Leiria e Braga é arriscado tirar conclusões para o conjunto das províncias em que se integram.

Nos fins do século XVI, Duarte Nunes de Leão dizia que os mantimentos de que a numerosa população minhota se alimentava eram o "muito trigo" colhido em alguns lugares "& o muito centeo & milho", além de uma infinidade de frutas e vinho ⁽⁷³⁾. Se a produção dos anos de abundância permitiu que a província acudisse a outras terras em situação de penúria, nem por isso deixou de haver momentos de escassez, que tornaram necessário o recurso ao pão da Beira e Trás-os-Montes, através do mercado de Lamego, e também à importação estrangeira. A documentação conhecida mostra que, antes de findar o século XVI, Viana não se conseguia sustentar sem o abastecimento cerealífero de fora do reino, o que levou Magalhães Godinho a escrever que ainda então se não faziam sentir os efeitos da revolução do milho mais ⁽⁷⁴⁾.

O mesmo acontecia, ao que parece, em Guimarães nas primeiras décadas do século seguinte, a julgar pelas actas das sessões do seu município. São constantes as decisões a taxar o preço e a fixar o peso do pão alvo e do pão de broa. O primeiro, feito de trigo da terra, e às vezes também do mar, destinava-se certamente às camadas sociais mais elevadas. A broa de milho e centeo, que, no dizer dos vereadores de 1607, constituía o maior mantimento da vila, era consumida, segundo então lembravam os almotacés, pela gente miúda e pobre ⁽⁷⁵⁾. Nas numerosas referências destas fontes ao

⁽⁷²⁾ Para Coimbra e Leiria ver as obras, muitas vezes citadas, de António de Oliveira; para Tibães, Aurélio de Oliveira, *A Abadia de Tibães e o seu domínio (1630-1680). Estudo social e económico*, Porto, 1974, pp. 261-264.

⁽⁷³⁾ *Descrição do Reino de Portugal*, cit., fl. 66.

⁽⁷⁴⁾ *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. IV, p. 17.

⁽⁷⁵⁾ Alberto Vieira Braga, *Administração seiscentista do município vimaranense*, Guimarães, 1953, pp. 130-175, em especial pp. 134 e 146. Sobre os vários tipos de pão desta época e seu fabrico ver António de Oliveira, *A vida económica e social de Coimbra*, vol. II, pp. 134-142.

milho e à broa nada prova que estejamos perante o mais. Ele irá aparecer de forma clara alguns anos mais tarde.

De maior complexidade ainda são os problemas da sua difusão na Beira, dada a extensão desta província e a diversidade das características geológicas, orográficas e climáticas regionais, com os naturais reflexos na vida agrária. O desenvolvimento da cultura da gramínea americana no Baixo Mondego em fins do século XVI e primeiras décadas do XVII não permite afirmar, só por si, que em 1621 (ou mesmo 1653) já fornecia o mantimento mais vulgar do povo "em quasi toda a Beira".

Exceptuando, porventura, a zona de Lamego, é provável que a expansão nas terras do interior tenha sido mais tardia e lenta do que no campo de Coimbra. Se ainda em 1555 os lavradores beirões "comem pão de centeyo", meio século depois têm o pão que lhes basta, do qual a maior parte "he centeo & milho", segundo Duarte Nunes de Leão. Optimismo temperado logo a seguir com a importante informação de que a mesma província produz "infinidade de cópia de castanha de que a gente pobre se ajuda muito (porque todo o anno a tem verde ou seca)" (76).

Afinal, por esse tempo, o pão nem sempre bastava nas terras beirãs e fontes de diversa natureza, desde textos literários a documentos oficiais, revelam o papel fundamental da castanha na alimentação, frequentemente a suprir as carências cerea-líferas (77). Nenhum testemunho é, porém, mais significativo do

(76) P.^c Fernando Oliveira, *op. cit.*, p. 44; Duarte Nunes de Leão, *op. cit.*, fl. 66v. Sobre a importância do centeo e dos milhos miúdo e painço na região de Viseu ver João Nunes de Oliveira, *A produção agrícola de Viseu entre 1550 e 1700*, Viseu, 1990, pp. 28-32, 133-140.

(77) Gil Vicente referiu-se, em 1527, à castanha de Gouveia, "tão grossa, tão san, tamanha", e Rui Fernandes mostrou bem, em 1531-1532, a extraordinária importância deste fruto na região de Lamego, onde não só era objecto de vasto comércio, mas até servia para fabricar pão quando o cereal faltava (G. Vicente, *Tragicomédiapastoril da serra da Estrela*, in *Obras completas*, Col. de Clássicos SádaCosta, vol. IV, Lisboa, 1943, p. 219; R. Fernandes, *Descrição do terreno em roda dacidadade de Lamego*, cit., pp. 547-552, 554 e *passim*). Segundo um documento régio de 1574, havia na Guarda e seu termo grande

que o do próprio Severim de Faria, no relato da sua viagem de Évora a Miranda do Douro, em 1609. Ao percorrer o caminho de Viseu para o Ladário, notou que era povoado de castanheiros, dos quais por toda a Beira havia "grande abundancia". Considerava que Deus tinha provido com este fruto "em lugar de paõ a esta terra", o mesmo acontecendo nas outras partes da Europa onde faltava trigo, pois nelas "e aqui na Beira saõ as castanhas o comum mantimento das gentes". Comparava-as, por fim, como substituto daquele cereal, à mandioca do Brasil e ao "mais do nouo mundo" (78).

Tudo parece indicar, portanto, que, nos princípios do século XVII, o *Zea mays* não tinha ainda penetrado no interior da província beirã ou ocupava na sua vida agrária um lugar secundário, mas não pode haver dúvidas de que a sua difusão e importância foram crescendo com o tempo. Em meados do século, ainda nada se pode tirar, quanto a este ponto, da obra de Rodrigo Mendes Silva, que em termos genéricos se refere à produção cerealífera do País e considera férteis em pão todas as províncias, com excepção do Algarve (79).

faltade pão, sendo a castanha "o principal mantimento", e, umas décadas depois, a Câmara de Góis dizia que os moradores "se sustentavão de castanha e não de pão". Por altura de 1638, o bispo de Viseu D. Dinis de Melo e Castro observava que o "ordinario mantimento" das mulheres de menor condição, "pella geral pobreza desta Provinçia", não passava de "castanhas, pam de milho e caldo de ervas" (Does. cit. por António de Oliveira, *A vida económica e social de Coimbra*, vol. II, p. 134 e n. 2 e 3, p. 361, n. 4). E claro que nestas e noutras fontes háque procurar distinguir as que se referem a situações permanentes e de âmbito mais ou menos vasto daquelas que exprimem casos pontuais e conjunturais. Sobre a "grande instabilidade das colheitas" cerealíferas na região de Viseu e a função complementar da castanha ver João Nunes de Oliveira, *op. cit.*, pp. 38-40, 54-55.

(78) *Itenerario de jornada que fez o Sõr Manoel Seuerim dFaria (...) no anno d'1609*, in J. Veríssimo Serrão, *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria, 1604-1609-1625*, Lisboa, 1974, p. 106.

(79) *Población General de España*, Madrid, 1645, fis. 144-195. Entre as produções do País em geral aponta centeio, milho, "razonablemente trigo" e cevada, mas, ao tratar das regiões, cidades e vilas, refere-se quase sempre a "pan", sem especificar. Curiosamente, apenas indica produção de milho em Lalim e Resende, duas terras próximas de Lamego (fl. 194 v.). Cfr. J. Veríssimo Serrão, *Históriade Portugal*, vol. IV, Lisboa, 1979, pp. 339-342.

Fontes de outro tipo recentemente estudadas — os registos de dízimos pagos à Sé de Viseu — mostram-nos que, ao principiar a segunda metade do século XVII, mais precisamente em 1654, o milho "grosso" ou "graúdo" começa a ser assinalado. E embora a documentação nem sempre distinga entre os vários milhos, a que existe é suficiente para revelar os seus progressos nos anos seguintes, conquistando espaço aos cereais de segunda. À preponderância do centeio durante o século XVI e as três primeiras décadas do XVII sucede o período de equilíbrio de 1630-1680, e, por fim, o predomínio dos milhos nos últimos 20 anos da época seiscentista, "a que não será estranho o milho grosso" ⁽⁸⁰⁾.

Referimo-nos há pouco aos problemas do pão em Guimarães, vistos através da documentação municipal. Tal como em Viseu e tanto quanto podemos averiguar neste momento, também ali é na segunda metade do século XVII que a simples e antiga designação de "milho" começa a desdobrar-se. Para além do painço e do milho miúdo, que vinham de velhos tempos (o último chamado agora, por vezes, milho alvo ou branco), encontramos, sem a menor dúvida, o cereal americano, em alguns casos até com o nome de origem. Se ainda podemos hesitar quanto a um texto de 1658, já é bem clara a referência expressa ao mais em 1666 e 1668, aparecendo depois como milhão (1681, 1696) e milho grosso (1698) ⁽⁸¹⁾.

Vemos, pois, que, nesta segunda metade do século XVII, o *Zea mays* acentuava a sua expansão no Minho e na Beira Alta. Compreende-se que em 1675 o diplomata Duarte Ribeiro de Macedo, interessado por assuntos económicos e pela transferência de plan-

⁽⁸⁰⁾ João Nunes de Oliveira, *op. cit.*, p. 31. Cfr. pp. 32-37, 61-62, 137-142.

⁽⁸¹⁾ Alberto Vieira Braga, *op. cit.*, pp. 180, 200, 207, 239, 252,254. Em 1681 fala-se também de milho ruivo, que julgamos corresponder ao chamado milho zaburro vermelho, isto é, um sorgo (*Andropogon sorghum vulgaris* Hack.). Cfr. A. X. Pereira Coutinho, *Flora de Portugal(...)*, 2.^a ed., Lisboa, 1939, p. 847; Artur Castilho, *op. cit.*, p. 1305.

tas úteis, tenha lembrado a introdução do milho grosso por um português que o teria trazido de Cádiz para o campo de Coimbra, pondo em foco "a abundancia, utilidade e riqueza que se seguiu ao Reino desta rustica curiosidade de hum particular" (82).

Se quisermos ter uma visão de conjunto da difusão do mais e da sua importância na agricultura portuguesa ao terminar o período seiscentista, seremos naturalmente levados a percorrer a *Corografia* do P.^e Carvalho da Costa, editada entre 1706 e 1712 e cuja descrição geográfica abrange todo o território continental português (83). Há que dizer, no entanto, que os resultados, na perspectiva que nos interessa, não são animadores. Nem é de admirar, pois as preocupações do autor (e do seu tempo em geral) não eram, obviamente, as nossas. Apesar das observações directas de "hum largo giro" por quase todo o País e de investigações demoradas, seria anacrónico exigir-lhe grande rigor científico. São visíveis, ao longo da obra, as diferenças de critério, o contraste entre o tratamento desenvolvido de certas regiões e a superficialidade descritiva de outras. Tudo consequência, provavelmente, não só de deficiências da formação do autor, mas também das dificuldades que se lhe depararam num tão vasto empreendimento, em especial a diversidade e limitações das fontes utilizadas.

Em relação como tema que directamente nos interessa temos de lamentar, sobretudo, o frequente emprego do termo *pão* com o sentido genérico de *cereal* (embora noutros casos signifique apenas *trigo*) e o facto de só muito raramente se fazer distinção entre os *milhos*. Mesmo assim, os elementos fornecidos pelas velhas

(82) *Observações sobre a transplantação dos frucios da índia ao Brazil* (1675), in *Obras inéditas de Duarte Ribeiro de Macedo*, publ. por A. L. Caminha, Lisboa, 1817, pp. 117-118.

(83) *Corografia portugueza, e descripçam topográfica do famoso reyno de Portugal* (1706-1712), 3 tomos, Lisboa, 1706-1712. Há fortes motivos para pensar que a obra foi redigida inteiramente (ou quase) ainda nos fins do século XVII. Cfr. Manuel Silva, *Uma questão historico-bibliographica. A Chorographia do P.^e Carvalho*, in *Revista de Historia*, vol. 5.º, Lisboa, 1916, pp. 285-286.

páginas de Carvalho da Costa permitem-nos, pelo menos, uma impressão geral, que futuras investigações poderão confirmar ou corrigir.

Pelo que respeita ao Minho, encontramos numerosas referências a pão, por vezes com o acrescentamento de abundante ou de "todo o genero", e, para além disso, constantemente se indicam, como produções, o trigo, o centeio e o milho. Este é designado em alguns casos por miúdo, o que implicitamente supõe a existência do graúdo, provavelmente já então predominante (com o simples nome de *milho*), tanto mais que lhe aparece frequentemente associado o feijão.

Isto acontecia sobretudo nas regiões do litoral e centro da província, pois nas terras montanhosas do interior havia por vezes pouco pão, embora a escassez fosse compensada pela fartura da castanha, como no concelho de Celorico de Basto: "Não tem muito pão, mas remedease cõ a muita quantidade de castanha que colhe...". Entretanto, Braga "produz o melhor paõ de milho que se sabe". Mas tem-se a impressão de que o centeio, o milho miúdo e mesmo o trigo ocupavam ainda lugar importante na vida económica.

Para Trás-os-Montes o autor da *Corografia* aponta como produções, de um modo geral, muito pão, vinho, azeite e frutas, em que sobressai a castanha. Entre os cereais cultivados avulta, como é natural, o centeio, embora o trigo seja também citado com alguma frequência. São raras, pelo contrário, as referências ao milho e nada nos garante que se trate do mais; o avanço deste em terras trasmontanas é mais tardio, apesar do seu aparecimento na Régua desde o século XVI.

Quanto à Beira, já atrás aludimos à sua extensão e complexidade geográfica. "Não há aqui uma unidade natural, mas um conjunto de regiões que estabelecem a transição entre o Portugal do Norte e do Sul" (84). Daí que os seus limites com a Estremadura tenham

variado ao longo dos tempos e daí também a diversidade das suas condições agrárias, de que nos dá uma ideia a obra de Carvalho da Costa.

A cultura cerealífera — o "pão" — encontra-se em toda a Beira nos fins do século XVII, mas com diferenças sensíveis nos cereais produzidos, de região para região. Pelo que respeita ao milho, podemos dizer que aparece com grande frequência nas comarcas mais próximas do mar: Feira, Esgueira (Aveiro), Coimbra e Montemor. A medida que avançamos para o interior, vemo-lo ainda bem representado nas comarcas de Viseu e Lamego, menos nas da Guarda e Pinhel; a sua ausência parece completa na de Castelo Branco.

Embora o autor nunca se refira expressamente ao mais, é indubitável a sua presença, se nos lembrarmos de fontes atrás citadas. Mas seria já então o principal mantimento da gente popular em quase toda a Beira, como pretendia, meio século antes, Severim de Faria? Temos sérias dúvidas, sobretudo ao pensarmos no lugar tão importante que ainda ocupavam, na alimentação da província, o centeio e a castanha.

O mesmo acontecia, aliás, no nordeste da Estremadura, onde a comarca de Tomar se prolongava então por terras que hoje consideramos tipicamente beirãs e cujos "dilatados soutos" ajudavam a suprir a carência de pão. Não faltavam, porém, elementos reveladores de uma zona de transição. Assim, no próprio termo de Tomar, passava uma ribeira por uma vasta planície, fertilizando-a de tal modo que dava anualmente "duas novidades de paõ, feyjoens, & milho". Também a vila de Pias, graças ao curso de água que atravessava os seus campos, obtinha cada ano duas novidades de trigo, cevada, milhos e feijões.

Não é, pois, de admirar que nesta época já se encontrasse o mais na comarca de Leiria e em especial na fértil zona dos coutos de Alcobaça. Carvalho da Costa informa-nos de que os frutos da vila de Cós eram, além de vinho e azeite, "milho grosso", trigo, cevada e centeio.

Relativamente a Maiorga ficamos a saber que tinha um grande campo situado entre dois rios pelos quais era frequentemente inundado. Não sendo o ano invernos, cultivava-se quase todo de trigo; se havia muitas cheias, semeava-se de milho e feijão. Embora menos clara do que a anterior, esta notícia parece significativa. O *Zea mays* difundia-se, pois, na Estremadura, mas certamente em menor escala do que no Minho e na Beira. A cultura do trigo, sobretudo na comarca de Santarém, era preponderante⁽⁸⁵⁾.

Também o era no Alentejo, conforme claramente mostra a *Corografia*, de acordo com muitas outras fontes. E embora não faltem referências a diversos cereais, como o centeio e a cevada, ou ao pão em geral, o milho nunca é expressamente citado. É provável que só no século XVIII o mais se tenha difundido em certos lugares do Alentejo, assim como na região de Castelo Branco⁽⁸⁶⁾.

Finalmente, ao tratar do Algarve, aliás de forma muito sumária, Carvalho da Costa limitou-se a falar genericamente de pão. Não há notícia de milho grosso na província durante o século XVI, mas ele começa a aparecer na década de 30 do seguinte e expande-se ao longo dos séculos XVII e XVIII, como cultura de horta, sem che-

⁽⁸⁵⁾ Ao escrever, em 1681, o tomo III da sua *Historia Geral das Guerras Angolanas*, referia-se António de Oliveira Cadornega ao milho zaburro do Alentejo, "onde havia muitas espigas pellas hortas", e acrescentava: "hoje se diz que em Riba-Tejo e campos de Coimbra se lavra muito dele..." (t. III, Lisboa, 1942, p. 45). J. Lino da Silva, que cita este passo, põe a hipótese de estarmos perante um aumento da cultura do sorgo em Portugal no século XVII, "alastrando de sul para norte" (*Op. cit.*, pp. 146-147). Notemos que Cadornega escrevia em Angola, mais de 40 anos depois de ter saído de Portugal. Sendo natural de Vila Viçosa, conhecia certamente as hortas alen tejan as, mas aparte final do seu texto baseia-se apenas num *diz-se*. Parece-nos improvável uma tal expansão do sorgo, que foi sempre pouco culti vado no nosso País (A. Coutinho, *op. cit.*, p. 1387). Tendo em conta a documentação conhecida, inclinamo-nos a pensar que se tratava do *Zea mays*. Repare-se no relevo dado, mais uma vez, aos campos de Coimbra.

⁽⁸⁶⁾ A. Silbert, *Le Portugal méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime. XVIII^e-Début du XIX^e siècle*, vol. I, Paris, 1966, pp. 266-269, 504-511.

gar a atingir uma grande importância (87).

Foi durante os séculos XVIII a XX que o milho se espalhou, praticamente, por todo o território português, mantendo durante largo tempo o primeiro lugar entre os cereais panificáveis e contribuindo para transformar a vida económica e social, em especial no Norte atlântico (88).

11. Que conclusões tirar do que fica escrito? Temos plena consciência de quanto há de provisório e insuficiente nestas páginas. Elas confirmam, uma vez mais, a justeza da observação, já antiga, de Orlando Ribeiro sobre a carência de documentos "claros e decisivos", que possam ser objecto de "tratamento adequado" (89). É todo um vasto campo aberto aos investigadores.

Importa considerar não apenas os textos narrativos e núcleos documentais restritos, por importantes que sejam, mas todo o género de fontes, desde as impressas (em monografias locais, em revistas locais e regionais) até às manuscritas (nos arquivos municipais, distritais e nacionais). É tarefa para muitos estudiosos e para longo tempo. Se este artigo, com todas as suas limitações e deficiências, vier a suscitar novas investigações que permitam esclarecer a história da introdução, expansão e importância do *Zea mays* em Portugal, terá atingido o seu principal objectivo.

LUÍS FERRAND DE ALMEIDA

(87) Joaquim Romero Magalhães, *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*, Lisboa, 1970, p. 65, e *O Algarve económico, 1600-1773*, Lisboa, 1988, pp. 183-184.

(88) Voltaremos a este ponto noutra oportunidade. Entretanto, ver: O. Ribeiro, *Cultura do milho, economia agrária e povoamento*, pp. 661-662, e *Opúsculos Geográficos*, vol. IV, pp. 204-205; J. Dias e colab., *Sistemas primitivos de secagem*, pp. 251-252; Miriam Halpem Pereira, *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico. Portugal na segunda metade do século XIX*, Lisboa, 1971, pp. 64, 79-83, 129, 132, 200-205.

(89) *Milho*, p. 61; *Opúsculos Geográficos*, vol. IV, p. 199.